

IMPOSTOS

# Fiscalistas alertam: taxa sobre lucros excessivos na energia correria o risco de se eternizar

Vários países já avançaram com taxas sobre os lucros das energéticas, medida que o Governo de António Costa não descartou, mas da qual os fiscalistas discordam. Alertam para os riscos.

ISABEL PATRÍCIO  
ipatricio@jornaleconomico.pt

Quatro meses depois de o ministro da Economia ter admitido taxar os lucros extraordinários das energéticas, o Governo ainda não avançou nesse sentido, mas a porta não está fechada. Questionada recentemente sobre o assunto, a ministra da Presidência voltou a não descartar a medida, numa altura em que a esquerda tem insistido na sua adoção. A confirmar-se, Portugal seguiria o exemplo de países como Itália, Reino Unido e Espanha, mas os fiscalistas ouvidos pelo Jornal Económico deixam um alerta: ao contrário do que está previsto nesses países, por cá, haveria o risco desse novo imposto acabar por não ser temporário, eternizando-se, à semelhança do que tem acontecido com as contribuições aplicadas a certos sectores.

Foi em março que o Governo italiano anunciou que iria taxar os "lucros caídos do céu" das energéticas, tendo, entretanto, decidido até agravar esse imposto. Hoje está, assim, em vigor uma taxa de 25% sobre o acréscimo dos lucros registado entre outubro de 2021 e abril de 2022 e o período homólogo, estando excluídas as empresas cujos lucros cresceram menos de 10% ou menos de cinco milhões de euros. Itália prevê arrecadar por esta via cerca de 10 mil milhões de euros, montante que servirá para financiar os apoios às famílias e às empresas face à atual inflação.

Já mais recentemente, e depois de algum debate, o Reino Unido também tomou esta opção e decidiu aplicar um imposto de 25% sobre os lucros extraordinários das empresas petrolíferas e de gás natural. O objetivo é idêntico ao italiano: financiar o pacote de ajudas às famílias face aos custos crescentes da energia, sendo que, neste caso, estima-se que a taxa renderá cerca de 5,8 mil milhões de euros. E no final de julho foi a vez de Espanha se juntar a estes dois países, tendo o Governo do vizinho ibérico proposto aplicar uma taxa de 1,2% sobre o volume de negócio das empresas do sector energético, esperando por esta via recolher cerca de quatro mil milhões de euros em dois anos, montante que servirá para alimentar o pacote de apoios que está a ser preparado em resposta à inflação galopante. Além destes países, Bélgica, Ro-



Cerie Balloume/Reuters

certa lógica de progressividade e, por outro, já existe uma contribuição adicional sobre o sector energético. António Gaspar Schwalbach, sócio da SLCM, explica que a tributação já é agravada em Portugal, no caso de lucros mais expressivos, por via da derrama estadual, pelo que discorda da medida em questão. Já Jaimes Esteves, *head of tax* da J+Legal, salienta que, de modo geral, não faz sentido ter progressividade nos impostos aplicados às empresas, nem aplicar taxas apenas a determinados sectores, uma vez que tal poderia ser discriminatório, mas adianta o sistema português já padece de ambos os problemas. Criar agora uma nova taxa seria, assim, agravar a situação, frisa.

"Tenho alguma dificuldade em aceitar este tipo de medida em Portugal. Perante os moldes propostos em Espanha, o que tenho a dizer é que em Portugal já existem contribuições especiais que incidem sobre os ganhos de determinados sectores", como o da energia, sublinha, por sua vez, José Pedroso de Melo, da Telles. No caso da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE), o Estado espera arrecadar 125 milhões de euros este ano. "Enquanto no Reino Unido a taxa faz sentido para coletar rendimento extraordinário e incentivar as empresas a não carregar nos preços, em Portugal seria apenas, a meu ver, mais uma medida avulsa para alegrar a população, pôr na ordem quem tem um discurso que não agrada ao poder e, já agora, angariar mais uns euros para dar de comer ao monstro", atira João Espanha, da Espanha & Associados.

Acresce, dizem os especialistas, que em Portugal há o "risco real" de o temporário se transformar em definitivo. "Aquilo a que nos habituámos é que os novos impostos são sempre provisórios, mas depois mantêm-se", salienta Jaimes Esteves. "A CESE ficou para sempre. Existe o risco de [uma nova taxa] se eternizar", corrobora José Pedroso de Melo.

Para João Espanha, o novo imposto seria aceitável, "desde que fosse rapidamente implementado e se constituísse uma espécie de derrama especial, simples e temporária". O problema, diz, "é que em Portugal o provisório tende para a definitividade". Avisa, assim, que haveria risco de a taxa temporária passar a ordinária. ■

ménia e Bulgária também já têm taxas deste género e até o Fundo Monetário Internacional recomendou a sua adoção, com vista a financiar os apoios às empresas.

Por cá, a esquerda tem insistido na adoção desta nova taxa, enquanto a direita considera que não há justificação para avançar nesse sentido. E o Governo nem tem descartado a opção, nem tem sido assertivo na sua defesa. Questionada, a ministra da Presidência sinalizou que as "medidas adicionais" serão tratadas em setembro, bem como no Orçamento do Estado para 2023. Ora, os fiscalistas ouvidos pelo Jornal Económico são claros: aplicar um novo imposto sobre os lucros excessivos não faria sentido em Portugal, uma vez que, por um lado, o IRC já tem uma

**Governo não descarta nova taxa sobre lucros excessivos das energéticas, mas os fiscalistas criticam a medida, destacando que em Portugal esse sector já paga uma contribuição extra**